



AMADORA
Câmara Municipal

Relatório e Contas Consolidadas 2022





MUNICÍPIO DA AMADORA

**REVISÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS
EXERCÍCIO DE 2022**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do *Município da Amadora* (o Grupo), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022, (que evidencia um total de 491.928.600 euros e um total de património líquido de 461.244.675 euros, incluindo um resultado líquido de 8.545.005 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do *Município da Amadora*, em 31 de dezembro de 2022, e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião com reservas

1. Atendendo às especificidades do processo de inventariação e valorização do património municipal e pese embora o esforço continuado por parte do Município da Amadora na inventariação e valorização total dos imóveis, parte destes bens nomeadamente os do domínio público não estão ainda inventariados e outros bens não se encontram totalmente valorizados, não sendo possível, à presente data, determinar o efeito positivo no ativo e no património líquido resultante desse processo.

2. O ativo do Grupo inclui uma participação financeira nos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora (SIMAS) representativa de 50% do capital. Esta participação encontra-se registada de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial pelo valor aproximado de 103,97 M euros (em 2021: 103,15 M euros). A Certificação Legal das Contas dos SIMAS referente ao exercício de 2022, inclui três reservas, abaixo descritas, que constituem uma limitação de âmbito na nossa análise ao correspondente valor da participação registada no ativo do Grupo.

2.1 Os SIMAS desencadearam, no âmbito da NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis, um novo processo de inventariação e de atualização dos registos dos bens imóveis que se encontram afetos de forma permanente ao seu património, principalmente no que concerne às cedências da rede de água, saneamento, pluviais e edifícios. Apesar do extenso trabalho desenvolvido e com um impacto de 54,0 M euros em Ajustamentos de Transição, a informação atualmente existente não constitui uma garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, constituindo uma limitação de âmbito do nosso trabalho. Adicionalmente não foi possível alocar os diferimentos decorrentes dos subsídios

ao investimento (património líquido em SNC-AP) aos ativos fixos tangíveis subjacentes, assim como atestar a decorrente especialização dos mesmos.

2.2 Os SIMAS adotam um sistema de faturação do fornecimento de água e das tarifas de saneamento e de resíduos urbanos cuja integração na contabilidade financeira não se encontra otimizada. Os procedimentos adotados não permitem verificar, por devedor, no final de cada período contabilístico, (i) o valor total e a sua antiguidade, (ii) os valores a entregar ao Município de Oeiras, referente às tarifas fixas e variáveis e à taxa de gestão dos resíduos urbanos e ao Município da Amadora, os valores referentes às tarifas de saneamento ambiental, tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos e (iii) se a dívida é, ou não, de cobrança duvidosa e, conseqüentemente, suscetível de constituição de imparidades.

2.3 O passivo do SIMAS inclui na rubrica Outras contas a pagar não correntes o valor de cauções recebidas de terceiros no montante de 1,89M euros (1,70M euros após reexpressão em 2021). Conforme já referido no ano transato, e apesar do processo de recuperação e validação do registo contabilístico das cauções iniciado em 2022, não foi recebida informação que permita concluir sobre a extensão e natureza desta rubrica, o que constitui uma limitação de âmbito ao nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2021 foram objeto da nossa Certificação Legal das Contas, datada de 22 de junho de 2022, que incluía seis reservas, das quais quatro relativas aos assuntos referidos na secção “Bases para a opinião com reservas” e outra não aplicável às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, por ter sido resolvida uma vez que no presente exercício o Grupo reconheceu, no seu balanço, o acordo de concessão de serviço da E-Redes conforme previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita efetiva de 129.677.501 euros e um total de despesa de 124.653.955 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto a matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sem afetar a opinião referida no parágrafo anterior e conforme referido no relatório de gestão, o Grupo não tem ainda devidamente implementada a Contabilidade de Gestão em conformidade com a Norma de Contabilidade Pública 27.

Alfragide, 14 de junho de 2023



Vítor Manuel Mendes Santos
(ROC nº 939, inscrito na CMVM sob o nº 20160556)
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda

ÍNDICE

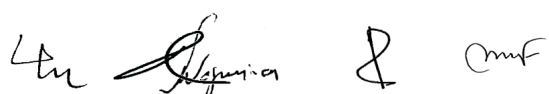
1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
2.1. Balanço Consolidado de 2022.....	13
2.2. Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza de 2022.....	14
2.3. Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido de 2022.....	15
2.4. Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa de 2022.....	16
2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras	17
3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	45



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



Isabel Bone Pinto



1. Relatório de Gestão

1.1. Introdução

O Município da Amadora, vem apresentar os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao período de 2022 de acordo com o previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades intermunicipais.

Aquele preceituado estipula que, além da prestação de contas individuais, o Município encontra-se obrigado a apresentar as contas consolidadas com as entidades controladas de forma direta ou indireta, ou seja, com as entidades relativamente às quais detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais a fim de beneficiar das suas atividades.

Efetivamente, entende-se que a análise das contas individuais não possibilita uma visão global da situação financeira do Grupo Municipal, tendo-se tornado necessário efetuar uma análise de maior abrangência ao conjunto de atividades desenvolvidas nos Municípios, na qual se inclui, indubitavelmente, o setor empresarial local e os serviços municipalizados.

Assim, atendendo, por um lado, à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas pelo Grupo Municipal, e por outro à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas, tornou-se fundamental.

No caso concreto do Município da Amadora, atualmente detém uma participação financeira de 100% no capital da Amadora Inovation, E.M. – Unipessoal, Lda e o controlo conjunto dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e da Amadora (SIMAS).

A Amadora Inovation, E.M. – Unipessoal, Lda (Amadora Inovation), tem como principal objeto a exploração de atividades de interesse geral abrangidas nas atribuições do Município, de forma tendencialmente autossustentável, assegurando a universalidade e a continuidade dos serviços prestados, a satisfação de necessidades básicas e a proteção dos cidadãos.

No caso dos SIMAS, o Município detém o controlo conjunto dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e da Amadora (SIMAS), em participações iguais entre o Município da Amadora e o Município de Oeiras, sendo dos SIMAS geridos por um Conselho de Administração presidido alternadamente pelos Presidentes dos Municípios, composto por um Presidente e dois vogais, ao qual compete dirigir os SIMAS com vista à prossecução das atribuições definidas no regulamento.

Refira-se que conforme legalmente previsto o Município da Amadora, relativamente ao período de 2022, adotou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e respetivo normativo complementar.

No âmbito do normativo atualmente em vigor, além da consolidação de contas no âmbito da contabilidade financeira, foram preparadas também demonstrações orçamentais consolidadas de acordo com a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.

1.2. Perímetro de consolidação da contabilidade financeira e orçamental

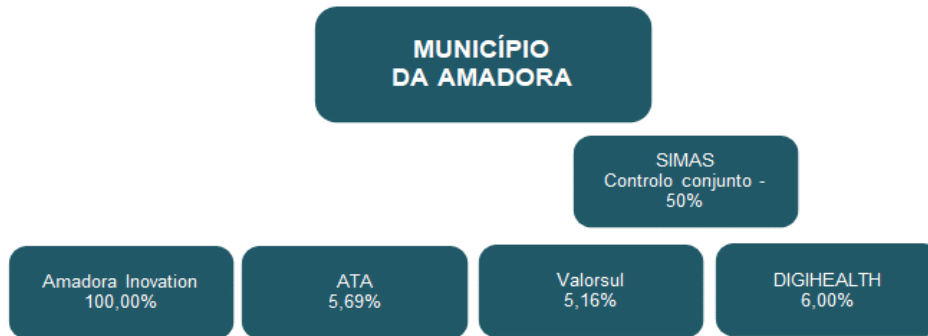
O Município da Amadora, em 31 de dezembro de 2022 detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Unidade: Euro

Entidades participadas	Sigla	Total do capital social subscrito e realizado	% detida
Amadora Inovation, EM Unipessoal, Lda	AI	25.000	100,00%
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora (a)	SIMAS	NA	50,00%
Águas do Tejo Atlântico, SA	ATA	6.458.431	5,69%
Digihealth, SA	DIGIHEALTH	5.000	6,00%
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	VALORSUL	1.465.066	5,16%

(a) Controlo conjunto dos Municípios de Oeiras e Amadora numa proporção de 50%

Em seguida apresenta-se o organograma das participações detidas pelo Município:



O Grupo Público Municipal é composto pelo Município (Entidade-mãe) e pelo conjunto de Entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação legalmente definido, sendo constituído pelas seguintes entidades:

- Amadora Inovation, E.M. Unipessoal, Lda
- SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora

Ao nível da consolidação financeira, nos termos da NCP 23 — Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, o método de consolidação aplicado à Amadora Inovation foi a consolidação integral, enquanto que nos Serviços Intermunicipalizados foi utilizado o método da equivalência patrimonial.

Ao nível da consolidação orçamental foi seguida a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, utilizando o método de consolidação simples nas entidades controladas a 100% e no caso dos Serviços Intermunicipalizados, como existe um controlo conjunto, o Município integrou o acordo conjunto nas suas demonstrações orçamentais consolidadas proporcionalmente à respetiva participação.

No que se refere às outras Entidades, foram excluídas do perímetro de consolidação, na medida em que não são controladas pelo Município, conforme previsto no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e nas Normas de contabilidade públicas aplicáveis neste âmbito.

1.3. Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação

Em seguida apresenta-se a caracterização das Entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com o legalmente previsto.

- **Amadora Inovation, E.M. Unipessoal, Lda**

A Amadora Inovation, E.M. Unipessoal, Lda (Amadora Inovation) foi constituída em 28 de dezembro de 1999, sob a firma “Escola das Profissões da Amadora, E.M.”.

No âmbito da sua estratégia de crescimento, em 20 de julho de 2001, procedeu ao aumento do Capital Social de 5.000,00 Euros para 25.000,00 Euros, e à alteração da denominação social para “Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, E.M.”.

Até 2015, o Município da Amadora era detentor de 65% do capital social daquela participada, tendo adquirido em 2015 os restantes 35% das participações sociais detidas pela Cooptécnica Gustave Eiffel, CLR e pela Associação Empresarial para a Região de Lisboa do capital na sequência da Sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2015 (Proposta n.º 80/2015) e escriturada em 22 de dezembro de 2015.

Em 26 de julho de 2016, no âmbito da reestruturação que foi levada a efeito, procedeu-se à alteração da denominação social para “Amadora Inovation, E.M. – Unipessoal, Lda” e ao seu objeto social que passou a ser o seguinte:

“1 – A exploração de atividades de interesse geral abrangidas nas atribuições do município da Amadora, de forma tendencialmente autossustentável, assegurando, sem discriminação dos utentes e da área territorial intervencionada, a universalidade e a continuidade dos serviços prestados, a satisfação de necessidades básicas e a proteção dos cidadãos, bem como, em geral, a coesão económica e social local.

2 – As áreas da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, empreendedorismo, incubação de empresas, realização de estudos, intercâmbio internacional e desenvolvimento de projetos.”

As áreas do empreendedorismo, incubação de empresas, realização de estudos, intercâmbio internacional e desenvolvimento de projetos constituem atualmente a atividade principal da Empresa (código C.A.E. – 82990).

- **SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora**

Os Serviços Intermunicipalizados anteriormente designados por Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora (SMAS) foram criados em junho de 1927, tendo sido aprovado o primeiro regulamento para o abastecimento de água em dezembro de 1938.

Os SIMAS (Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora) foram criados em julho de 2013 por força da entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e têm por missão garantir o abastecimento de água e a prestação de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, cumprindo elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade.

1.4. Análise patrimonial

▪ Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado exibido em seguida apresenta a estrutura económico-financeira do Grupo Municipal da Amadora na data de encerramento do exercício de 2022, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo Autárquico, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Património Líquido do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	245.046.114,86	235.007.244,45
Propriedades de investimento	3.747.248,64	3.812.436,51
Ativos intangíveis	178.301,74	268.460,05
Participações financeiras	114.246.329,46	113.561.468,99
	363.217.994,70	352.649.610,00
Ativo corrente		
Inventários	424.959,11	134.927,87
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	126.730,51	1.964.512,85
Clientes, contribuintes e utentes	796.142,85	296.990,51
Estado e outros entes públicos	1.964,39	2.159,26
Outras contas a receber	23.785.827,83	23.096.182,76
Diferimentos	389.299,96	434.363,85
Caixa e depósitos	103.185.680,17	94.459.755,45
	128.710.604,82	120.388.892,55
Total Ativo	491.928.599,52	473.038.502,55
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património Líquido		
Património	111.912.999,96	111.912.999,96
Reservas	190.290.953,47	190.290.953,47
Resultados transitados	(45.132.446,26)	(45.602.688,40)
Ajustamentos em ativos financeiros	109.302.075,80	107.707.801,96
Outras variações no património líquido	86.326.086,92	84.963.026,99
Resultado líquido do período	8.545.005,19	508.213,88
Total Património Líquido	461.244.675,08	449.780.307,86
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	1.095.153,43	1.561.628,58
Financiamentos obtidos	4.826.884,39	6.698.809,19
Diferimentos	9.125.826,45	-
	15.047.864,27	8.260.437,77
Passivo corrente		
Fornecedores	2.402.469,53	1.665.250,53
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	620,15	-
Estado e outros entes públicos	406.263,37	585.126,14
Financiamentos obtidos	1.874.485,54	1.916.659,28
Fornecedores de investimentos	2.267.309,48	2.039.771,14
Outras contas a pagar	7.794.493,05	7.604.140,97
Diferimentos	890.419,05	1.186.808,86
	15.636.060,17	14.997.756,92
Total Passivo	30.683.924,44	23.258.194,69
Total Património Líquido e Passivo	491.928.599,52	473.038.502,55

O Balanço Consolidado, com referência a 31 de dezembro de 2022, apresenta um valor de 491.928.599,52 Euros, enquanto em 31 de dezembro de 2021 ascendia a 473.038.502,55 Euros, o que representa um acréscimo de 18.890.096,97 Euros correspondente a um aumento de 3,99% face ao exercício de 2021.

O Ativo Fixo Tangível do Grupo Municipal em 2022 ascende a 245.046.114,86 Euros, tendo-se verificado um aumento significativo face a 2021, período em que apresentava o montante de 235.007.244,45 Euros. Esta variação está relacionada, maioritariamente, com o reconhecimento dos ativos de concessão, pela primeira vez, no âmbito do protocolo de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho da Amadora com a empresa EDP Distribuição – Energia, S.A., (atualmente E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A.), de acordo com o qual o Município da Amadora concedeu à EDP Distribuição – Energia, S.A., o direito de estabelecer e explorar o serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. Desta forma, o Município reconheceu o referido contrato, através do reconhecimento do valor bruto de aquisição líquido dos subsídios, bem como as respetivas depreciações acumuladas igualmente líquidas dos subsídios. Este reconhecimento implicou um incremento na rubrica de Ativos fixos tangíveis relativos aos ativos da concessão, por contrapartida de um passivo de igual valor registado na rubrica Diferimentos, no montante de 9.125.826,45€. Estes registos tiveram por base os elementos, disponibilizados pela concessionária (não auditados), com referência a 31 de dezembro de 2022.

Além do referido, a variação no total do Ativo Consolidado pode ser explicada, ainda, pelo aumento na rubrica Caixa e depósitos onde se verificou um aumento de 8.725.924,72 Euros (9,24%) face a 2021.

No mesmo sentido, também a rubrica Património Líquido teve um aumento relevante no montante de 11.464.367,22 Euros explicada, essencialmente, pelo efeito do Resultado Líquido do Período positivo em 8.545.005,19 Euros, que se apresenta superior ao ano anterior em 8.036.791,31 Euros.

O total do Passivo do Grupo Municipal ascende ao montante de 30.683.924,44 Euros (23.258.194,69 Euros em 2021), representando cerca de 6,24% do total do Balanço Consolidado. O aumento verificado, no montante de 7.425.729,75 Euros (31,93%), é explicado, essencialmente, pelo aumento das rubricas Diferimentos e Fornecedores, verificando-se também, em sentido inverso, uma diminuição das rubricas Estado e outros Entes Públicos, Provisões e Financiamentos Obtidos.

▪ Análise da Demonstração dos Resultados Consolidados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do Grupo Municipal em gerar fluxos de caixa. Em seguida apresenta-se a Demonstração dos Resultados Consolidados do Grupo Municipal da Amadora relativos a 31 de dezembro de 2022:

Município da Amadora

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	49.038.974,61	39.895.500,83
Vendas	-	-
Prestações de serviços e concessões	11.101.742,33	10.606.617,48
Transferências e subsídios correntes obtidos	41.307.275,15	36.525.557,78
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	(761.798,34)	699.629,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1.215.957,12)	(1.396.898,82)
Fornecimentos e serviços externos	(26.932.628,01)	(23.814.101,12)
Gastos com pessoal	(35.634.937,62)	(34.325.815,73)
Transferências e subsídios concedidos	(16.933.643,02)	(16.901.709,85)
Prestações sociais	(2.856.500,00)	(1.598.506,80)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	(2.087,30)	3.483,73
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(1.723.655,56)	1.024.325,45
Provisões (aumentos/reduções)	466.475,15	(384.865,60)
Outros rendimentos	2.823.541,34	2.459.787,29
Outros gastos	(1.124.151,37)	(3.523.393,15)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	17.552.650,24	9.269.610,53
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(9.569.708,97)	(9.107.865,59)
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	7.982.941,27	161.744,94
Juros e rendimentos similares obtidos	596.412,86	375.939,99
Juros e gastos similares suportados	(33.762,28)	(26.616,91)
Resultado antes de impostos	8.545.591,85	511.068,02
Imposto sobre o rendimento	(586,66)	(2.854,14)
Resultado líquido do período	8.545.005,19	508.213,88

No que diz respeito aos Rendimentos Operacionais do Grupo Municipal em 2022 ascenderam a 104.738.008,58 Euros, enquanto no ano anterior se situaram em 91.214.901,60 Euros, ou seja, verificou-se um acréscimo de 14,83% face ao ano de 2021.

Analisando a estrutura de Rendimentos do Grupo Municipal, podemos desde logo salientar o peso das rubricas Impostos, contribuições e taxas e Transferências e subsídios correntes obtidos, que são responsáveis, por 48,18% e 40,58%, respetivamente, do total dos Rendimentos do Grupo Municipal.

Na rubrica Impostos, contribuições e taxas, no montante total de 49.038.974,61 Euros (39.895.500,83 Euros em 2021) estão incluídos os valores arrecadados pelo Município relativos a Impostos Diretos e Indiretos, nomeadamente Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis e Imposto Único de Circulação. O aumento de 9.143.473,78 Euros resulta essencialmente do acréscimo da cobrança do IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (8.437.532 Euros) bem como da Derrama (846.802 Euros). Em sentido inverso, verificou-se uma diminuição na cobrança do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis (156.869 Euros).

Na rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos, no montante de 41.307.275,15 Euros (36.525.557,78 Euros, em 2021), estão registados os valores transferidos pelo Estado para o Município, nomeadamente relativos ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, ao Fundo Social Municipal e à Participação no IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), bem como os valores transferidos pela Direção Regional de Educação no âmbito das transferências de competências do Ministério da Educação. Esta rubrica apresenta uma variação positiva no valor de 4.781.717,37

Município da Amadora

Euros face ao ano transato, onde se destaca, essencialmente, o montante relativo ao “FSM extraordinário” no âmbito da subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal no ano de 2022, no âmbito do previsto no artigo 103º da Lei do Orçamento de Estado de 2022.

Ao nível dos Resultados Financeiros, que se cifraram em 562.650,58 Euros (349.323,08 Euros em 2021), tiveram um aumento face ao ano anterior justificado essencialmente pelo aumento dos dividendos recebidos.

Analisando a estrutura dos Gastos e Perdas do Grupo Municipal, podemos desde logo constatar que são os Gastos com o Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) os que mais contribuem para o total dos Custos e Perdas Operacionais. Sendo o peso dos FSE de 31,97% do total dos Gastos Operacionais, enquanto os Gastos com o Pessoal representam 42,31% dos mesmos.

O total dos Gastos Operacionais do Grupo Municipal em 2022 ascendeu a 87.185.358,34 Euros, verificando-se um aumento significativo face a 2021, ano em que atingiram o valor de 81.945.291,07 Euros.

O aumento referido está relacionado com aumentos das rubricas Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Perdas por Imparidade de dívidas a receber cujos aumentos ascenderam a 3.118.526,89 Euros e 2.747.981,01 Euros, respetivamente. No que respeita às Perdas por Imparidade, cujo saldo ascende a 1.723.655,56 Euros (sendo em 2021 1.024.325,45 Euros positivos) o saldo resulta do reconhecimento de uma perda por imparidade de Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados, no valor de 1.595.038,46 Euros, relativamente a valores a receber de terceiros no âmbito de protocolos e subsídios que apresentam indícios de incobrábilidade devido à sua antiguidade significativa, não existindo garantias razoáveis da sua recuperabilidade. Este montante respeita essencialmente a valores a receber do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

No que respeita ao Resultado Líquido Consolidado, foi apurado um valor de 8.545.005,19 Euros (508.213,88 Euros em 2021) o que corresponde a um aumento na ordem dos 8.036.791,32 Euros.

▪ Indicadores de gestão

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma Entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No quadro abaixo são apresentados os principais indicadores do Grupo Autárquico que nos permitem ter uma perspetiva da tendência evolutiva das diversas componentes patrimoniais.

Principais Indicadores de Análise Financeira	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Cálculo
Endividamento	6,24%	4,92%	Passivo / Ativo líquido
Solvabilidade	1503,21%	1933,86%	Património Líquido /Passivo
Autonomia financeira	93,76%	95,08%	Património Líquido /Ativo Líquido
Liquidez geral	823,17%	802,71%	Ativo corrente / Passivo Corrente
Liquidez reduzida	820,45%	801,81%	Ativo Corrente - Inventários / Passivo Corrente
Liquidez imediata	659,92%	629,83%	Disponibilidades /Passivo Corrente

Município da Amadora

Pela análise global dos rácios das contas consolidadas, podemos concluir que o Grupo Autárquico apresenta uma estrutura financeira equilibrada.


No que se refere à capacidade de endividamento, podemos concluir que o total do Passivo representa apenas 6,24% do total do Ativo.

Também o rácio de autonomia financeira que mede a solvabilidade do Grupo Municipal através da determinação da proporção dos Ativos que são financiados através de Fundos Próprios demonstra um nível bastante elevado.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2022, as Disponibilidades, em termos de Grupo Municipal, eram superiores ao valor do Passivo de Curto Prazo, ou seja, as Disponibilidades permitem pagar a totalidade do Passivo de Curto Prazo, não se antevendo dificuldades de tesouraria no curto prazo.





2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Isabel Bone Pinto



Lu  &  cmf

2.1. Balanço Consolidado de 2022

Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	245.046.114,86	235.007.244,45
Propriedades de investimento	8	3.747.248,64	3.812.436,51
Ativos intangíveis	3	178.301,74	268.460,05
Participações financeiras	9 / 18	114.246.329,46	113.561.468,99
		363.217.994,70	352.649.610,00
Ativo corrente			
Inventários	9 / 10	424.959,11	134.927,87
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	126.730,51	1.964.512,85
Clientes, contribuintes e utentes	9 / 18	796.142,85	296.990,51
Estado e outros entes públicos		1.964,39	2.159,26
Outras contas a receber	18	23.785.827,83	23.096.182,76
Diferimentos	23	389.299,96	434.363,85
Caixa e depósitos	1 / 18	103.185.680,17	94.459.755,45
		128.710.604,82	120.388.892,55
Total Ativo		491.928.599,52	473.038.502,55
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património		111.912.999,96	111.912.999,96
Reservas		190.290.953,47	190.290.953,47
Resultados transitados		(45.132.446,26)	(45.602.688,40)
Ajustamentos em ativos financeiros		109.302.075,80	107.707.801,96
Outras variações no património líquido		86.326.086,92	84.963.026,99
Resultado líquido do período		8.545.005,19	508.213,88
Total Património Líquido		461.244.675,08	449.780.307,86
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1.095.153,43	1.561.628,58
Financiamentos obtidos	7 / 18	4.826.884,39	6.698.809,19
Diferimentos	4 / 23	9.125.826,45	-
		15.047.864,27	8.260.437,77
Passivo corrente			
Fornecedores	18	2.402.469,53	1.665.250,53
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		620,15	-
Estado e outros entes públicos		406.263,37	585.126,14
Financiamentos obtidos	7 / 18	1.874.485,54	1.916.659,28
Fornecedores de investimentos	18	2.267.309,48	2.039.771,14
Outras contas a pagar	18	7.794.493,05	7.604.140,97
Diferimentos	23	890.419,05	1.186.808,86
		15.636.060,17	14.997.756,92
Total Passivo		30.683.924,44	23.258.194,69
Total Património Líquido e Passivo		491.928.599,52	473.038.502,55

2.2. Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza de 2022

Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	14	49.038.974,61	39.895.500,83
Prestações de serviços e concessões	13	11.101.742,33	10.606.617,48
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	41.307.275,15	36.525.557,78
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas,	18	(761.798,34)	699.629,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(1.215.957,12)	(1.396.898,82)
Fornecimentos e serviços externos	23	(26.932.628,01)	(23.814.101,12)
Gastos com pessoal	23	(35.634.937,62)	(34.325.815,73)
Transferências e subsídios concedidos	23	(16.933.643,02)	(16.901.709,85)
Prestações sociais	23	(2.856.500,00)	(1.598.506,80)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9	(2.087,30)	3.483,73
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(1.723.655,56)	1.024.325,45
Provisões (aumentos/reduções)	15	466.475,15	(384.865,60)
Outros rendimentos	13 / 14	2.823.541,34	2.459.787,29
Outros gastos	23	(1.124.151,37)	(3.523.393,15)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		17.552.650,24	9.269.610,53
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	(9.569.708,97)	(9.107.865,59)
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		7.982.941,27	161.744,94
Juros e rendimentos similares obtidos	13	596.412,86	375.939,99
Juros e gastos similares suportados	23	(33.762,28)	(26.616,91)
Resultado antes de impostos		8.545.591,85	511.068,02
Imposto sobre o rendimento		(586,66)	(2.854,14)
Resultado líquido do período		8.545.005,19	508.213,88

2.3. Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido de 2022

Designação	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Total do património líquido
	Património	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	111.912.999,96	190.290.953,47	(45.602.688,40)	107.707.801,96	84.963.026,99	508.213,88	449.780.307,86	449.780.307,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	933.955,79	-	933.955,79	933.955,79
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	933.955,79	-	933.955,79	933.955,79
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						8.545.005,19	8.545.005,19	8.545.005,19
RESULTADO INTEGRAL						8.545.005,19	9.478.960,98	9.478.960,98
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações	-	-	470.242,14	1.594.273,84	429.104,14	(508.213,88)	1.985.406,24	1.985.406,24
	-	-	470.242,14	1.594.273,84	429.104,14	(508.213,88)	1.985.406,24	1.985.406,24
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	111.912.999,96	190.290.953,47	(45.132.446,26)	109.302.075,80	86.326.086,92	8.545.005,19	461.244.675,08	461.244.675,08

2.4. Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa de 2022

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10.202.330,36	10.514.029,62
Recebimentos de contribuintes		48.300.149,07	38.366.618,49
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		40.865.810,17	36.481.397,86
Recebimentos de utentes		823.389,17	738.219,24
Pagamentos a fornecedores		(26.437.363,55)	(24.458.639,80)
Pagamentos ao pessoal		(35.128.053,70)	(34.092.221,67)
Pagamentos de transferências e subsídios		(16.952.227,08)	(16.782.039,92)
Pagamentos de prestações sociais		(2.856.500,00)	(1.598.506,80)
Caixa gerada pelas operações		18.817.534,44	9.168.857,02
Outros recebimentos/pagamentos		386.071,86	(266.929,80)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		19.203.606,30	8.901.927,22
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		(11.345.353,96)	(18.918.770,78)
Pagamentos - Ativos intangíveis		(29.397,26)	(106.735,54)
Pagamentos - Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Transferências de capital		2.437.615,85	4.797.412,78
Recebimentos - Dividendos		265.280,62	271.355,46
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		(8.671.854,75)	(13.956.738,08)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		141.592,25	64.526,00
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		(1.914.098,55)	(2.581.676,21)
Pagamentos - Juros e gastos similares		(33.320,53)	(26.757,26)
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		(1.805.826,83)	(2.543.907,47)
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		8.725.924,72	(7.598.718,33)
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		94.459.755,45	102.058.473,78
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		103.185.680,17	94.459.755,45
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		94.459.755,45	102.058.473,78
Saldo da gerência anterior (SGA)		94.459.755,45	102.058.473,78
SGA De execução orçamental		91.683.771,19	99.720.519,47
SGA De operações de tesouraria		2.775.984,26	2.337.954,31
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		103.185.680,17	94.459.755,45
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		103.185.680,17	94.459.755,45
SGS De execução orçamental		100.118.470,85	91.683.771,19
SGS De operações de tesouraria		3.067.209,32	2.775.984,26

2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Autárquico, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas de acordo com o previsto no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), bem como com as Normas de Contabilidade Pública (NCP), nomeadamente a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e a NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e legislação complementar.

As notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, apresentadas no presente capítulo, têm por objetivo apresentar informações relevantes e mais detalhadas para uma melhor compreensão das mesmas, respeitando a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Autárquico.

Assim sendo, relativamente ao período de 2022, nas demonstrações financeiras agora apresentadas foi adotado o método de consolidação integral na consolidação de contas com a Amadora Inovation atendendo a que o Município detém o controlo de 100% daquela participada. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, foram eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação.

No que respeita aos SIMAS, e considerando o normativo atualmente em vigor, o método adotado na consolidação ao nível da contabilidade financeira foi o método de equivalência patrimonial conforme previsto nas Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas publicadas na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Importa ainda referir que todos os valores se encontram expressos em Euros.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Grupo Municipal.

No Anexo 1 apresenta-se a informação detalhada da entidade consolidante, sendo que as demonstrações financeiras consolidadas podem ser obtidas na sede do Município da Amadora. Na consolidação foram incluídas as seguintes entidades:

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Detenção da totalidade do capital	N.º de trabalhadores	
					2022	2021
Amadora Inovation	504 746 383	Rua Henrique Paiva Couceiro, n.º 10, Zona Industrial da Venda Nova, Amadora	A exploração de atividades de interesse geral abrangidas nas atribuições do município da Amadora, de forma tendencialmente autossustentável, assegurando a universalidade e a continuidade dos serviços prestados, a satisfação de necessidades básicas e a proteção dos cidadãos	100,00%	30	29
SIMAS	680 015 019	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19. Urb. Moinho das Antas, Oeiras	Abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora	50,00% a)	402	430

(a) Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e da Amadora com controlo conjunto numa proporção de 50%

O quadro seguinte apresenta a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

Conta	Euros
Caixa	15.594,55
Depósitos à ordem	
Depósitos bancários à ordem	46.120.374,96
Depósitos a prazo	57.049.710,66
Total	103.185.680,17

Refira-se que os valores indicados incluem os depósitos, no montante de 2.841.147,82 Euros, referentes a retenções efetuadas para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais por parte dos fornecedores de bens e serviços que serão devolvidos aos respetivos fornecedores quando for atingido o prazo limite da garantia ou quando for utilizada para os fins que foi constituída.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo Autárquico, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis e Propriedades de investimento

Os Ativos fixos tangíveis são bens com substância física que: (a) São detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins administrativos; e (b) Se espera que sejam usados durante mais de um período de relato (geralmente 1 ano).

Uma Propriedade de investimento é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital.

Os Ativos fixos tangíveis e as Propriedades de investimento são mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do Ativo fixo tangível e das Propriedades de investimento é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) for provável que fluirão para o Grupo Autárquico benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade. Quando um Ativo fixo tangível ou uma Propriedades de Investimento é adquirida através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis, Intangíveis e Propriedades de investimento (capítulo 7 do Anexo III Plano de Contas Multidimensional que consta do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro), desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	4 a 8
Infraestruturas	10 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Os bens adquiridos a título gratuito foram considerados pelo valor patrimonial definido nos termos legais ou pelo valor resultante da avaliação, segundo critérios técnicos que se adequam à natureza desses bens. Nos casos em que não foi possível identificar um critério adequado, o Ativo assume o valor zero. As parcelas de terreno que foram transferidas no âmbito de Alvarás de Loteamento, os quais não identificam os respetivos valores fundiários, apenas foram inventariadas. Refira-se, finalmente, que qualquer um destes bens poderá ser objeto de valorização no âmbito de processos de avaliação da responsabilidade de Comissões de Avaliação constituídas pontualmente para o efeito.

Os ativos cedidos no âmbito das operações de loteamento foram, até 2014, reconhecidos na rubrica doações, como contrapartida do reconhecimento do ativo.

Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se também reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente a, licenças de software, programas de computador e Direitos de Autor adquiridos.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas

Município da Amadora

em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis, Intangíveis e Propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato, de forma consistente, é o método da linha reta.

Participações financeiras

As entidades controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral que consiste em:

- Agregar os itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas.
- Compensar (eliminar) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas.
- Eliminar na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em Inventários ou Ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade).

Nas situações em que é exercido controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada, o investimento na associada ou empreendimento conjunto é reconhecido através do método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora.

As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados.

As participações financeiras das entidades sobre as quais não é exercida influência significativa ou controlo, e por sua vez fora do perímetro de consolidação, encontram-se mensuradas de acordo com os critérios definidos nas NCP e legislação complementar do SNC-AP.

Contas a receber e a pagar

As contas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes e Outras contas a receber, assim como as contas a pagar a Fornecedores, Financiamentos Obtidos e Outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. Não se perspetiva que existam impactos relevantes entre o valor nominal e custo amortizado.

A Imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Autárquico não receberá os montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

Os Inventários encontram-se mensurados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda ou consumo dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de Inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade de Inventários e Ativos biológicos” e “Reversões de perdas por imparidade de Inventários e Ativos biológicos”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. O método de custeio adotado pelo Grupo Autárquico é o Custo Médio Ponderado.

O sistema de inventário adotado é o permanente, tendo sido as quantidades existentes no final do período de relato determinadas a partir dos registos contabilísticos, confirmados por contagem física.

O reconhecimento das perdas por imparidade dos inventários tem por base os seguintes critérios utilizados de forma consistente ao longo dos períodos económicos, sendo constituídas imparidades correspondentes a 50% do seu custo de aquisição para os bens sem consumo durante dois anos e a 100% para os bens sem consumo durante quatro anos. Caso os bens para os quais tenham sido constituídas as imparidades venham a ser consumidos procede-se ao reconhecimento da reversão da perda por imparidade de acordo com os critérios definidos internamente.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. Os ativos contingentes não se encontram refletidos no Balanço consolidado, procedendo-se apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Regime do acréscimo

O Grupo Autárquico reconhece os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

Rendimentos

O Grupo Autárquico aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O Rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Grupo Autárquico benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

As transferências ou subsídios com condições, são reconhecidas inicialmente na rubrica 282 – Rendimentos a reconhecer, sendo o valor transferido para a conta 593 no momento em que se cumprem as condições previamente estabelecidas.

As Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis são reconhecidas nos Fundos Próprios no momento do recebimento do subsídio quando forem cumpridas as condições estabelecidas nos contratos com as entidades financiadoras, sendo o rendimento reconhecido numa base sistemática em contrapartida da conta 7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Nota 3 – Ativos Intangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do período			Final do Período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computador e sistemas de informação	3.271.185,78	(3.071.414,73)	199.771,05	3.292.718,42	(3.185.934,68)	106.783,74
Propriedade industrial e intelectual	68.689,00	-	68.689,00	71.518,00	-	71.518,00
Total	3.339.874,78	(3.071.414,73)	268.460,05	3.364.236,42	(3.185.934,68)	178.301,74

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas amortizações do período foram os seguintes:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	Diminuições	
Programas de computador e sistemas de informação	199.771,05	21.532,64	(114.519,95)	-	106.783,74
Propriedade industrial e intelectual	68.689,00	2.829,00	-	-	71.518,00
Total	268.460,05	24.361,64	(114.519,95)	-	178.301,74

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

RUBRICAS	Adições		
	Compra	Outras	Total
Programas de computador e sistemas de informação	21.532,64	-	21.532,64
Propriedade industrial e intelectual	2.829,00	-	2.829,00
Total	24.361,64	-	24.361,64

As adições evidenciadas na coluna "Compra", num valor de 24.361,64 Euros, respeitam essencialmente a licenças e formação na utilização de softwares utilizados pelo Município.

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com os elementos mais relevantes:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	20 anos	-	-	-	-
Concessão da exploração das Zonas de Parcómetros	Empark Portugal - Empreendimentos e Exploração de Parques, S.A.	-	20 anos	-	-	-	-
Total					-	-	-

No que respeita à NCP 4 - Acordos de concessão de serviços - Concedente, cumpre referir que foi celebrado um protocolo de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho da Amadora com a empresa EDP Distribuição – Energia, S.A., (atualmente E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A) pelo período de 20 anos, que atualmente se encontra em vigor.

Com este protocolo, o Município da Amadora concedeu à EDP Distribuição – Energia, S.A. (EDP) o direito de estabelecer e explorar o serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do concelho da Amadora. Esta concessão implicou a transferência para a EDP dos direitos e poderes da autarquia necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir, tendo a mesma sido renovada.

No âmbito do protocolo celebrado, fazem parte da concessão à EDP as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, os ramais, chegadas e instalações de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados a essa exploração, os postos de transformação que alimentam as redes de distribuição e que à data da concessão eram explorados pela autarquia, e ainda as redes de distribuição e os respetivos postos de transformação que a EDP construiu e que vier a construir. Considerando o teor dos termos do protocolo e do contrato de renovação celebrado, a EDP tem a competência para a gestão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho da Amadora, no entanto os bens e as infraestruturas são propriedade da autarquia, devendo ser objeto de contabilização nos seus Ativos fixos tangíveis.

Desta forma, com referência a 31 de dezembro de 2022, o Município reconheceu pela primeira vez os ativos da concessão associados ao referido contrato, através do reconhecimento do valor bruto de aquisição líquido dos subsídios, bem como as respetivas depreciações acumuladas igualmente líquidas dos subsídios. Este reconhecimento implicou um incremento na rubrica de Ativos fixos tangíveis relativos aos ativos da concessão, por

Município da Amadora

contrapartida de um passivo de igual valor registado na rubrica "282 – Diferimentos", no montante de 9.125.826,45 Euros. Estes registos tiveram por base os elementos, disponibilizados pela concessionária (não auditados), com referência a 31 de dezembro de 2022, conforme a seguir se discrimina:

Contrato E-Redes		31/12/2022
Ativos fixos tangíveis		
Valor de aquisição		64.002.658,73
Subsídios ao investimento		(22.202.126,10)
Infraestrutura de concessão - E-Redes		41.800.532,63
Depreciações acumuladas		
Valor de aquisição		(50.540.196,90)
Subsídios ao investimento		17.865.490,72
Infraestrutura de concessão - E-Redes		(32.674.706,18)
Valor líquido do contrato		9.125.826,45

Refira-se, que neste primeiro exercício do reconhecimento do referido contrato, não foram reconhecidas as depreciações do exercício pelo facto de não constarem da informação comunicada pela E-Redes, contudo admitimos que nos próximos exercícios se possam registar as devidas depreciações do exercício por forma a criar um espelho das informações entre o Município e a E-Redes.

Refira-se que os contratos de concessão preveem o recebimento pelo Município de rendas de exploração, reconhecidas em rédito em cumprimento do regime do acréscimo. As referidas rendas tiveram um valor de 2.166.242,60 Euros em 2020, 2.169.339,52 Euros em 2021 e um valor de 2.198.869,31 Euros em 2022. Em 2023 ascenderão a 2.378.774,21 Euros.

Importa ainda referir que, de acordo com informações da E-Redes, o valor de resgate ou de indemnização ascende a 7.674.300 Euros em 2022 (7.518.074 Euros em 2021).

Relativamente ao contrato de concessão relativo ao parque de estacionamento subterrâneo, os ativos são geridos pela Empark Portugal - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A. Atendendo à existência de um contencioso e do término do contrato previsto para 2023, entendeu-se não reconhecer esta Concessão cujo efeito não consideramos relevante nas Demonstrações Financeiras.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Município da Amadora

RUBRICAS	Início do período			Final do Período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	2.890.788,91	-	2.890.788,91	2.899.569,89	-	2.899.569,89
Infraestruturas	116.842.279,71	(100.251.973,87)	16.590.305,84	120.779.946,74	(102.818.246,09)	17.961.700,65
Património histórico, artístico e cultural	1.233.039,40	-	1.233.039,40	1.251.792,40	-	1.251.792,40
Subtotal	120.966.108,02	(100.251.973,87)	20.714.134,15	124.931.309,03	(102.818.246,09)	22.113.062,94
Ativos fixos em concessão						
Infraestruturas	-	-	-	41.800.532,63	(32.674.706,18)	9.125.826,45
Subtotal	-	-	-	41.800.532,63	(32.674.706,18)	9.125.826,45
Outros ativos fixos						
Terrenos e recursos naturais	53.340.422,93	-	53.340.422,93	54.025.432,86	-	54.025.432,86
Edifícios e outras construções	252.662.873,70	(100.957.117,66)	151.705.756,04	258.908.998,18	(106.648.025,97)	152.260.972,21
Equipamento básico	17.522.767,72	(15.862.662,92)	1.660.104,80	17.828.569,70	(16.197.141,15)	1.631.428,55
Equipamento de transporte	10.684.476,01	(9.166.988,27)	1.517.487,74	10.249.285,83	(9.054.880,98)	1.194.404,85
Equipamento administrativo	10.026.920,66	(9.585.259,17)	441.661,49	10.138.889,68	(9.684.184,78)	454.704,90
Outros	5.196.064,22	(4.090.963,47)	1.105.100,75	5.392.650,37	(4.199.043,17)	1.193.607,20
Ativos fixos tangíveis em curso	4.522.576,55	-	4.522.576,55	3.046.674,90	-	3.046.674,90
Subtotal	353.956.101,79	(139.662.991,49)	214.293.110,30	359.590.501,52	(145.783.276,05)	213.807.225,47
Total	474.922.209,81	(239.914.965,36)	235.007.244,45	526.322.343,18	(281.276.228,32)	245.046.114,86

Bens de domínio público

Os bens de Domínio Público com valores patrimoniais integram o Ativo do Grupo Autárquico, sendo que, de acordo com o normativo contabilístico vigente estão incluídos na rubrica Ativos fixos tangíveis apresentados no Balanço consolidado.

Porém, existem bens de Domínio Público que não se encontram refletidos no Ativo. Efetivamente, por força da Lei n.º 45/79, de 11 de setembro, subjacente à criação do Município da Amadora, cuja redação do artigo 8.º concede ao Município a "titularidade de todos os direitos e obrigações de autarquias locais que digam respeito ou produzam efeitos no seu território", o património dos Municípios de Oeiras e Sintra, integrado na área geográfica da Amadora, passou para a posse do Município da Amadora.

As parcelas de terreno que se destinam a arruamentos, passeios, estacionamento, ajardinamentos e equipamentos integrantes do Domínio Público cedidas aos Municípios de Oeiras e Sintra por via de contratos de urbanização e alvarás de loteamento, apenas estão parcialmente reconhecidas no ativo do Grupo Autárquico. Estas parcelas vão sendo identificadas e incluídas no património de forma gradual, sendo este um trabalho de aperfeiçoamento muito moroso e exigente que implica uma estreita colaboração entre entidades, o que é particularmente difícil quando se reporta a processos urbanísticos das primeiras décadas de forte crescimento demográfico e urbano e em que o registo de informação não assumia um carácter sistemático e centralizado, não sendo à data possível estimar o acréscimo às demonstrações financeiras que resultaria do seu reconhecimento, relevando-se o impacto sempre positivo nas contas do Grupo Autárquico

Os movimentos ocorridos na rubrica Ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações do período foram os seguintes:

Município da Amadora

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	2.890.788,91	8.780,98	-	-	-	2.899.569,89
Infraestruturas	16.590.305,84	-	3.937.667,03	(2.566.272,22)	-	17.961.700,65
Património histórico, artístico e cultural	1.233.039,40	18.753,00	-	-	-	1.251.792,40
Subtotal	20.714.134,15	27.533,98	3.937.667,03	(2.566.272,22)	-	22.113.062,94
Ativos fixos em concessão						
Infraestruturas	-	9.125.826,45	-	-	-	9.125.826,45
Subtotal	-	9.125.826	-	-	-	9.125.826
Outros ativos fixos						
Terrenos e recursos naturais	53.340.422,93	775.138,64	-	-	(90.128,71)	54.025.432,86
Edifícios e outras construções	151.705.756,04	859.385,00	5.419.247,80	(5.723.416,63)	-	152.260.972,21
Equipamento básico	1.660.104,80	249.249,79	61.224,33	(339.150,37)	-	1.631.428,55
Equipamento de transporte	1.517.487,74	40.433,75	-	(363.516,64)	-	1.194.404,85
Equipamento administrativo	441.661,49	201.980,61	-	(188.937,20)	-	454.704,90
Outros	1.105.100,75	228.563,17	13.422,33	(153.356,55)	(122,50)	1.193.607,20
Ativos fixos tangíveis em curso	4.522.576,55	9.589.190,12	(11.065.091,77)	-	-	3.046.674,90
Subtotal	214.293.110,30	11.943.941,08	(5.571.197,31)	(6.768.377,39)	(90.251,21)	213.807.225,47
Total	235.007.244,45	21.097.301,51	(1.633.530,28)	(9.334.649,61)	(90.251,21)	245.046.114,86

A coluna Transferências internas à entidade respeita aos montantes reclassificados da rubrica Ativos fixos tangíveis em curso para as rubricas respetivas aquando da conclusão das obras, tendo também existido reclassificações para a rubrica Fornecimentos e serviços externos de montantes que não satisfazem o conceito de Ativo de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis.

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições				Total
	Compra	Cessão	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	8.780,98	8.780,98
Património histórico, artístico e cultural	10.100,00	-	8.653,00	-	18.753,00
Subtotal	10.100,00	-	8.653,00	8.780,98	27.533,98
Ativos fixos em concessão					
Infraestruturas	-	-	-	9.125.826,45	9.125.826,45
Subtotal	-	-	-	9.125.826	9.125.826
Outros ativos fixos					
Terrenos e recursos naturais	354.687,50	420.451,14	-	-	775.138,64
Edifícios e outras construções	859.385,00	-	-	-	859.385,00
Equipamento básico	249.249,79	-	-	-	249.249,79
Equipamento de transporte	10.933,75	-	29.500,00	-	40.433,75
Equipamento administrativo	201.980,61	-	-	-	201.980,61
Outros	228.563,17	-	-	-	228.563,17
Ativos fixos tangíveis em curso	9.589.190,12	-	-	-	9.589.190,12
Subtotal	11.493.989,94	420.451,14	29.500,00	-	11.943.941,08
Total	11.504.089,94	420.451,14	38.153,00	9.134.607,43	21.097.301,51

As adições evidenciadas em Outros ativos fixos – Terrenos e recursos naturais, nas colunas “Compra” e “Cessão”, no montante de 354.687,50 Euros e 420.451,14 Euros, respetivamente, encontram-se relacionadas com:

- i. Aquisição de Imóvel à Massa Insolvente da Associação Académica da Amadora, pelo valor de 250.000 Euros (25% do valor de aquisição);
- ii. Prédio urbano sito na Rua de Santo António de Lisboa, Lote 997, Brandoa, pelo valor de 33.270,00 Euros (25% do valor de aquisição);
- iii. Transferência de Património, entre o IHRU e o Município, através de Auto de Cessão de Bens de:
 - a. Parque do Zambujal (187.619,44 Euros);
 - b. Parque do Almarjão (160.049,41 Euros);
 - c. Parque da Ribeira (72.782,29 Euros);

Município da Amadora

As adições evidenciadas em Outros ativos fixos – Edifícios e outras construções na coluna “Compra”, no montante de 859.385,00 Euros, encontram-se relacionadas com:

- i. Aquisição de Imóvel à Massa Insolvente da Associação Académica da Amadora, pelo valor de 750.000 Euros (75% do valor de aquisição), por parte do Município;
- ii. Prédio urbano sito na Rua de Santo António de Lisboa, Lote 997, Brandoa, pelo valor de 99.810 Euros (75% do valor de aquisição), por parte do Município; e
- iii. Obras efetuadas no edifício da Amadora Inovation, no valor de 9.575 Euros.

Relativamente a Outros ativos fixos – Equipamento básico, as adições evidenciadas na coluna “Compra”, no montante de 249.249,79 Euros, encontram-se maioritariamente relacionadas com a aquisição de equipamentos informáticos e aquisição de equipamento para recolha e tratamento de resíduos sólidos.

As adições evidenciadas em Ativos fixos tangíveis em curso na coluna “Compra”, no montante de 9.589.190,12 Euros, incluem, maioritariamente, as obras e empreitadas realizadas em 2022, sendo as mais relevantes as que se seguem:

- i. Realização de obras de grande reparação em habitação (552.967,96 Euros) – *já concluída*;
- ii. Requalificação das Instalações do Dom - Execução de obra (322.751,37 Euros) – *já concluída*;
- iii. EB1/JI Moinhos da Funcheira - Elaboração de Projeto e Execução de obra e respetiva Fiscalização (507.544,82 Euros) – *já concluída*;
- iv. EB1/JI Cova da Moura - Elaboração de Projeto e Execução de obra e respetiva Fiscalização (543.658,96 Euros) – *já concluída*;
- v. Unidades de Saúde - Elaboração do Projeto, Execução da obra e respetiva Fiscalização - Alfovelos (358.624,98 Euros) – *Obra ainda em curso*;
- vi. Espaço do Antigo Mercado de Carenque - Obras de Requalificação - Edifício Sociocultural De Carenque (382.146,60 Euros) – *já concluída*;
- vii. Eixos Principais – pavimentação – (720.800,00 Euros) – *já concluída*;
- viii. Parques Infantis - Elaboração de Projeto e Execução de obras de construção / recuperação (511.522,33 Euros) – *já concluída*;
- ix. Recolha seletiva de resíduos sólidos / Plano Estratégico - Aquisição e instalação de meios de deposição (papelões, vidrões, embalões, pilhões,etc) (469.686,06 Euros) – *já concluída*.

As adições evidenciadas em Ativos fixos em concessão – Infraestruturas, na coluna “Outras”, encontra-se justificada e discriminada na Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente.

A desagregação das diminuições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições		
	Alienação a título oneroso	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural			
Subtotal	-	-	-
Ativos fixos em concessão			
Subtotal	-	-	-
Outros ativos fixos			
Terrenos e recursos naturais	(90.128,71)	-	(90.128,71)
Outros	-	(122,50)	(122,50)
Subtotal	(90.128,71)	(122,50)	(90.251,21)
Total	(90.128,71)	(122,50)	(90.251,21)

A alienação de Terrenos e recursos naturais acima apresentada respeita a um terreno para construção (parte do antigo AC4), localizado na Serra do Marco à Brandoa e Casal do Penedo.

Nota 6 – Locações

Durante os períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, o Grupo Autárquico não detinha contratos de locação financeira.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

A informação relativa aos empréstimos obtidos pelo Grupo Autárquico, em dívida a 31 de dezembro de 2022, encontra-se detalhada no Anexo II.

Nota 8 – Propriedades de investimento

As Propriedades de investimento detidas pelo Grupo Autárquico encontram-se mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada das Propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)		Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
		Transferências internas à entidade	Depreciações do período			Rendas	Outros
Propriedades de investimento							
Edifícios e outras construções	3.812.436,51	55.351,54	(120.539,41)	3.747.248,64	(120.539,41)	69.405,56	-
Total	3.812.436,51	55.351,54	(120.539,41)	3.747.248,64	(120.539,41)	69.405,56	-

As adições de Propriedades de investimento que ocorreram em 2022 respeitam à transferência de Ativos fixos tangíveis, pelo seu valor líquido, de duas frações sobre as quais se iniciou arrendamento em 2022.

Nota 9 – Imparidade de ativo

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe, por rubrica, das perdas por imparidades reconhecidas com referência a 31 de dezembro de 2022:

ATIVO	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Investimentos financeiros (valorizados ao custo)	Ativo gerador de caixa	10.265.203,49	5.000,00	10.260.203,49
Inventários	Ativo não gerador de caixa	526.417,13	101.458,02	424.959,11
Clientes, contribuintes e utentes	Ativo gerador de caixa	4.784.960,16	3.988.817,31	796.142,85
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	Ativo gerador de caixa	1.721.768,97	1.595.038,46	126.730,51
Total		17.298.349,75	5.690.313,79	11.608.035,96

As variações ocorridas no exercício encontram-se detalhadas no quadro seguintes:

Município da Amadora

RUBRICA	2022
Perdas por imparidade de dívidas a receber	
Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	(1.595.038,46)
Clientes, contribuintes e utentes	(141.964,14)
Em inventários	(4.208,39)
	(1.741.210,99)
Reversões de perdas por imparidade de dívidas a receber	
Clientes, contribuintes e utentes	13.347,04
Em inventários	2.121,09
	15.468,13
Total	(1.725.742,86)

Em 2022, foi reconhecida uma perda por imparidade de Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados, no valor de 1.595.038,46 Euros, relativamente a valores a receber de terceiros no âmbito de protocolos e subsídios que apresentam indícios de incobrabilidade devido à sua antiguidade significativa, não existindo garantias razoáveis da sua recuperabilidade. Estes montantes respeitam essencialmente a valores a receber do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

Nota 10 - Inventários

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

RUBRICA	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	526.417,13	101.458,02	424.959,11
Total	526.417,13	101.458,02	424.959,11

Os movimentos ocorridos no período constam do quadro seguinte:

RUBRICA	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período				Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	134.927,87	1.508.075,66	(1.215.957,12)	(4.208,39)	2.121,09	424.959,11
Total	134.927,87	1.508.075,66	(1.215.957,12)	(4.208,39)	2.121,09	424.959,11

Os Inventários englobam, essencialmente, os bens e outros materiais consumíveis que aguardam a sua utilização direta ou indireta na prestação de serviços realizados no âmbito das competências do Grupo Autárquico, nomeadamente matérias-primas e subsidiárias, artigos de higiene e limpeza, material elétrico e peças e outro material de manutenção.

O gasto com os inventários é reconhecido quando os inventários são vendidos, distribuídos ou quando são utilizados na prestação de serviços efetuada pelo Grupo Autárquico.

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido em 2022 encontra-se evidenciado na coluna "Consumos/gastos", tendo ascendido a 1.215.957,12 Euros.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os Rendimentos de transações com contraprestação, mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, reconhecidos nos períodos 2021 e 2022 apresentam a seguinte composição:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em Resultados	
	2022	2021
Prestações de serviços		
Resíduos Sólidos	5.393.602,60	5.155.368,89
Cemiterios	213.974,56	182.198,01
Atividades tempos livre, jardins de infância e creches	45.249,17	70.218,85
Rendas Bairros Municipais	1.618.975,25	1.426.806,01
Outras rendas e alugueres	2.504.145,34	2.569.873,05
Serviços de refeitórios	1.024.575,50	1.000.605,76
Outros	301.219,91	201.546,91
Subtotal	11.101.742,33	10.606.617,48
Rendimentos suplementares	489.898,02	493.848,42
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	86.567,43	104.584,53
Dividendos obtidos	509.845,43	271.355,46
Subtotal	596.412,86	375.939,99
Total	12.188.053,21	11.476.405,89

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos obtidos em 2022:

Município da Amadora

Tipo de Rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos					
Derrama	4.035.160,27	-	-	-	-
Imposto Municipal Sobre Imóveis	17.564.403,11	-	-	-	-
Imposto Único de Circulação	4.453.500,33	-	-	-	-
Contribuição Autárquica	-	-	-	-	-
Subtotal	26.053.063,71	-	-	-	-
Impostos indiretos					
Mercados e Feiras	22.057,93	-	928,46	928,46	-
Loteamento e Obras	797.698,71	-	1.155,01	1.248,48	-
Ocupação da via pública	654.424,39	-	19.869,11	19.869,11	-
Publicidade	80.413,56	-	3.330,80	3.330,80	-
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	20.251.838,22	-	-	-	-
Outros	292.853,47	-	222.588,98	-	-
Subtotal	22.099.286,28	-	247.872,36	25.376,85	-
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas	510.440,12	-	4.904,23	3.135,98	-
Multas e outras penalidades	376.184,50	-	545,45	546,41	-
Subtotal	886.624,62	-	5.449,68	3.682,39	-
Transferências Correntes (sem condição)					
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	11.566.229,00	-	-	-	-
FSM - Fundo Solcial Municipal	5.421.485,00	-	-	-	-
Participação no IRS	7.968.963,00	-	-	-	-
Participação no IVA	657.059,00	-	-	-	-
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	6.516.921,99	-	-	-	-
Outras	8.656.116,09	-	-	-	-
Serviços e Fundos Autónomos	82.929,04	-	-	-	-
Resto do Mundo	293.910,93	-	-	-	-
Subtotal	41.163.614,05	-	-	-	-
Subsídios Correntes (sem condição)	143.661,10	-	-	-	-
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1.547.218,21	-	-	-	-
Total	91.893.467,97	-	253.322,04	29.059,24	-

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No que respeita a Provisões, o saldo da rubrica respeita apenas ao Município, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas no ano:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Reforços	Total de aumentos	Reversões	Total de diminuições	
Processos judiciais em curso	1.561.628,58	-	-	466.475,15	466.475,15	1.095.153,43
Total	1.561.628,58	-	-	466.475,15	466.475,15	1.095.153,43

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, instaurados pelo Grupo Autárquico, após avaliação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a Provisão para outros riscos e encargos para o montante de 1.095.153,43 Euros, valor que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Grupo Autárquico.

A diminuição verificada nesta rubrica deve-se essencialmente ao desreconhecimento das provisões na sequência dos despachos de arquivamento por prescrição de processos judiciais. No mesmo sentido, a responsabilidade estimada de 300.000 Euros em 2021, relativa ao Processo n.º 849/08.6BESNT, foi desreconhecida considerando que já não é expeável o dispêndio de valores pelo Município, atendendo a que já foi ultrapassado o prazo pelo fornecedor para avançar com incidente de liquidação de sentença sem o ter feito.

Tendo por base a informação dos consultores jurídicos do Grupo Autárquico relativa aos processos judiciais em curso e respetiva estimativa dos valores a despende são reconhecidas as provisões para riscos e encargos. Em seguida apresenta-se a listagem dos principais processos em curso e respetivas responsabilidades estimadas tendo por base a avaliação dos consultores jurídicos:

- Processo n.º 1054/05.9BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Condenação do Município no pagamento de 224.460,00 € a título de trabalhos a mais da Empreitada "Conceção e Construção do Parque Escolar de Brandoa / EB1, Jardim de Infância e ATL Municipal da Brandoa". Em curso diligências para proceder ao pagamento da quantia.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 270.365,52 Euros

- Processo n.º 1034/18.4CLSB – ASAE

Descrição do Litígio: Contraordenação por não respeito das normas referentes a parque infantil.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 120.000,00 Euros

- Processo n.º 000714/20.9ECLSB – ASAE

Descrição do Litígio: Processo de contraordenação - Parque infantil da Praça de Angola

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 120.000,00 Euros

- Processo n.º 1217/17.4BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Indemnização por demolição de construção ilegal

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 75.000,00 Euros

- Processo n.º 472/18.7BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Indemnização por responsabilidade extracontratual por acidente na via pública.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 54.600,58 Euros

- Processo n.º 2/21.3BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Impugnação de ato administrativo que excluiu o A. do PER.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 90.000,00 Euros

- NUI/CO/002449/21.6ECLSB - ASAE

Descrição do Litígio: Contraordenação Parque Infantil da Praça de Angola

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 90.000,00 Euros

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

As Demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pela Presidente da Câmara a 6 de junho de 2023.

Nota 18 – Instrumentos financeirosAtivos financeiros

Com referência a 31 de dezembro de 2022, e respetivos comparativos, os Ativos financeiros detalham-se do seguinte modo:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e seus equivalentes		
Caixa	15.594,55	21.780,66
Depósitos bancários	103.170.085,62	94.437.974,79
Subtotal	103.185.680,17	94.459.755,45
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		
Protocolos	1.107.389,59	1.107.389,59
Contratos Programa	364.965,57	364.965,57
Outros	67.082,66	61.859,06
Fundos Comunitários	182.331,15	430.298,63
Perdas por imparidade acumuladas	(1.595.038,46)	-
	126.730,51	1.964.512,85
Clientes, contribuintes e utentes		
Clientes	54.982,50	67.016,05
Contribuintes	356.685,06	247.872,36
Utentes	524.343,27	620.002,32
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.848.949,33	3.218.714,08
Perdas por imparidade acumuladas	(3.988.817,31)	(3.856.614,30)
	796.142,85	296.990,51
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos - Impostos e taxas imputados ao período	19.386.683,77	19.833.168,33
Devedores por acréscimos - Outros	2.958.877,24	2.264.252,37
Outros devedores	1.440.266,82	998.762,06
	23.785.827,83	23.096.182,76
Subtotal	24.708.701,19	25.357.686,12
Total	127.894.381,36	119.817.441,57

Passivos financeiros

No que respeita aos Passivos financeiros, com referência a 31 de dezembro de 2022, e respetivos comparativos, estes encontram-se detalhados no quadro seguinte:

Município da Amadora

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	4.826.884,39	6.698.809,19
Subtotal	4.826.884,39	6.698.809,19
Passivo corrente		
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	1.667.170,90	834.416,79
Fornecedores conta corrente-com garantias	600.588,96	578.969,06
Fornecedores - faturas em receção e conferencia	134.709,67	251.864,68
	2.402.469,53	1.665.250,53
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores de investimentos conta corrente	2.246.984,14	2.027.103,05
Faturas em receção e conferencia	20.325,34	12.668,09
	2.267.309,48	2.039.771,14
Financiamentos obtidos		
Financiamentos bancários	1.874.485,54	1.916.659,28
Outros financiamentos	-	-
	1.874.485,54	1.916.659,28
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	6.921.737,53	6.793.204,20
Sindicatos	6.020,95	5.349,72
Outros credores	865.600,62	804.416,96
Pessoal	1.133,95	1.170,09
	7.794.493,05	7.604.140,97
Subtotal	14.338.757,60	13.225.821,92
Total	19.165.641,99	19.924.631,11

Participações financeiras

Os movimentos ocorridos em 2022 na rubrica participações financeiras constam do quadro seguinte:

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
			Compras	Outros	Alienações	Outras	
Participações de capital - MEP							
SIMAS de Oeiras e Amadora	50,00%	103.301.265,50	-	684.860,47	-	-	103.986.125,97
Participações de capital - ao custo							
Valorsul, S. A.	5,16%	1.465.066,49	-	-	-	-	1.465.066,49
Digihealth, S.A.	6,00%	-	-	-	-	-	-
Aguas do Tejo Atlântico, S.A.	5,69%	6.458.431,00	-	-	-	-	6.458.431,00
Fundo de Apoio Municipal	-	2.336.706,00	-	-	-	-	2.336.706,00
Total		113.561.468,99	-	684.860,47	-	-	114.246.329,46

Refira-se que a Amadora Innovation, E.M. Unipessoal, Lda sendo uma participada controlada a 100% pelo Município da Amadora foi integrada através do método da consolidação integral fazendo parte do grupo Autárquico, não sendo uma participação financeira em termos de contas consolidadas.

A variação ocorrida na rubrica Investimentos financeiros reflete a aplicação do método de equivalência patrimonial relativo ao investimento financeiro no SIMAS de Oeiras e Amadora, tendo sido imputado, por um lado o resultado líquido negativo apurado pela participada na proporção do controlo, no montante de 761.798,34 Euros, e por outro lado as variações ocorridas no Património Líquido do SIMAS de Oeiras e Amadora na proporção do controlo face às últimas contas consolidadas, positivas no montante de 1.446.658,81 Euros, o que originou um aumento do valor da participação.

Município da Amadora

Refira-se adicionalmente que as variações ocorridas no Património Líquido dos SIMAS de Oeiras e Amadora, referidas no parágrafo anterior, diferem das apresentadas nas contas individuais. Esta diferença é justificada pela utilização de contas provisórias na aplicação do método de equivalência patrimonial nas contas individuais do Município da Amadora em 2021, onde foram utilizadas as últimas demonstrações financeiras disponíveis à data de preparação das mesmas, tendo-se verificado uma diferença de 147.615,03 Euros face ao apurado nas contas consolidadas de 2021.

Os restantes investimentos, valorizados pelo método do custo, não sofreram nenhuma variação em 2022.

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

A listagem das entidades participadas registadas ao custo de aquisição apresenta-se no quadro seguinte:

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Partic. detida	Motivo de exclusão
Digihealth	503 573 663	Avenida do Forte, n.º 3, Edifício Suécia III, Piso 2, Carnaxide	Prestação de serviços de assessoria e consultoria informática e de gestão a empresas e entidades de natureza pública ou privadas prestadoras de cuidados de saúde.	6,00%	Não detem controlo
Valorsul	509 479 600	Plataforma Ribeirinha da CP, Estação de Mercadorias da Bobadela, Loures	Exploração e gestão, em regime de serviço público, do sistema multimunicipal de tratamento e recolha seletiva de resíduos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste	5,16%	Não detem controlo
Águas do Tejo Atlântico	514 387 130	ETAR de Alcântara, Lisboa	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime exclusivo	5,69%	Não detem controlo

As transações ocorridas em 2022 com Partes Relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, bem como os seus saldos finais, apresentam-se de seguida:

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% total das transações		
Rendimentos						
SIMAS de Oeiras e Amadora	Empreendimento conjunto	Rendimentos - Tarifa gestão de resíduos urbanos e saneamento	4.941.398,21	91,62%	452.530,75	
		Tarifa de saneamento - valor a receber	-	0,00%	109.521,47	Valor a receber de anos anteriores
Aguas do Tejo Atlântico, S.A	Entidade participada	Dividendos obtidos	451.842,83	8,38%	244.564,81	Resultados de exercicios anteriores
Subtotal			5.393.241,04		806.617,03	
Gastos						
SIMAS de Oeiras e Amadora	Empreendimento conjunto	Gastos - consumo água	(748.533,96)	93,27%	(99.637,49)	
		Gastos - Tarifa gestão resíduos sólidos	(53.975,52)	6,73%		
Subtotal			(802.509,48)		(99.637,49)	
Total			4.590.731,56		706.979,54	

Em seguida apresenta-se a informação da remuneração agregada das pessoas chave da gestão e fiscalização do Grupo Municipal:

Município da Amadora

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos executivos, de fiscalização e Revisor Oficial de Contas 2022	Descrição	N.º pessoas	Valor anual bruto atribuído
Órgão Executivo (Município Amadora)	Presidente da Câmara e Vereadores com pelouro	7	268.788,24
Conselho de Administração do SIMAS Oeiras e Amadora	Presidentes do Conselho de Administração e administradores	3	36.395,52
Órgão de Gestão da Amadora Inovation	Gerência	3	-
Revisor Oficial de Contas (Município Amadora)	DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas SA	-	11.377,50
Órgão Fiscalização (SIMAS Oeiras e Amadora)	APPM & Associados SROC, Lda.	-	11.820,00
Órgão Fiscalização (Amadora Inovation)	Grant Thornton & Associados SROC, Lda.	-	6.600,00
Total			334.981,26

Nota 23 – Outras divulgações

Apresentamos de seguida algumas informações adicionais que consideramos relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

23.1 Diferimentos

No quadro seguinte apresenta-se o saldo final dos Diferimentos nos anos 2021 e 2022:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Gastos a reconhecer		
Encargos das Instalações		
Rendas-Ano Seguinte	27.710,96	28.487,29
Seguros-Ano Seguinte	185.839,77	222.807,52
Outros gastos diferidos	175.749,23	183.069,04
Total Gastos a reconhecer	389.299,96	434.363,85
Rendimentos a reconhecer		
Não corrente		
Acordos de concessão de serviços	9.125.826,45	-
	9.125.826,45	-
Corrente		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições		
Administrações Públicas	323.777,45	323.777,45
Resto do Mundo	22.796,72	463.050,38
Outros	300.804,43	243.707,48
Outros	243.040,45	156.273,55
	890.419,05	1.186.808,86
Total Rendimentos a reconhecer	10.016.245,50	1.186.808,86

O valor de Rendimentos a reconhecer, no montante de 9.125.826,45 Euros, reconhecido no Passivo Não Corrente encontra-se relacionado com o reconhecimento do Acordo de Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A (ver nota 4). Entendemos classificar este passivo como não corrente por não cumprir nenhum dos critérios previstos nas alíneas do parágrafo 51 da NCP 1 — Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

23.2 Fornecimentos e serviços externos

No que respeita aos anos 2021 e 2022, o detalhe dos Fornecimentos e serviços externos encontra-se o quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Subcontratos e parcerias	6.748.158,53	5.418.455,59
Trabalhos especializados	1.814.096,63	2.288.590,94
Publicidade, comunicação e imagem	165.515,31	116.586,68
Vigilância e segurança	1.685.404,33	1.659.452,20
Honorários	253.570,54	278.709,20
Comissões	876.001,43	987.031,77
Conservação e reparação	4.867.860,51	4.341.074,24
Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.643,65	3.286,71
Livros e documentação técnica	1.548,18	1.168,25
Material de escritório	113.289,39	105.449,08
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	146.412,66	57.391,31
Outros materiais de consumo	156.540,82	214.891,06
Eletricidade	3.397.696,87	3.372.522,20
Combustíveis e lubrificantes	1.459.366,48	683.891,53
Água	936.256,66	1.002.286,93
Deslocações, estadas e transportes	404.069,00	88.469,37
Rendas e alugueres	437.005,03	400.954,64
Comunicação	289.310,09	303.340,13
Seguros	280.969,84	297.492,90
Contencioso e notariado	25.412,73	15.963,19
Despesas de representação dos serviços	34,30	95,79
Limpeza, higiene e conforto	765.197,76	747.733,51
Outros serviços	2.106.267,27	1.429.263,90
Total	26.932.628,01	23.814.101,12

23.3 Gastos com pessoal

Os Gastos com o pessoal apresentaram a seguinte evolução nos anos 2021 e 2022:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de	362.187,75	393.842,72
Remunerações do pessoal	27.221.926,19	26.066.218,12
Benefícios pós-emprego	33.726,41	17.077,26
Indemnizações	346,87	23.303,71
Encargos sobre remunerações	5.961.125,03	5.617.853,23
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	602.722,61	585.411,06
Outros gastos com o pessoal	1.312.849,59	1.459.510,36
Outros encargos sociais	140.053,17	162.599,27
Total	35.634.937,62	34.325.815,73

23.4 Transferências e subsídios concedidos e Prestações sociais

No quadro seguinte apresenta-se os gastos com transferências concedidas nos anos 2021 e 2022:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Transferências e subsídios concedidos		
<i>Transferências correntes concedidas</i>		
Estado	2.582.262,53	3.081.009,50
Associações de Municípios	1.633.939,65	1.633.674,78
Município	-	-
Freguesias	7.583.704,64	7.153.259,26
Instituições sem Fins Lucrativos	3.448.557,73	3.616.474,28
Famílias	1.225.486,66	701.371,99
Outros	137.476,20	529.328,95
	16.611.427,41	16.715.118,76
<i>Transferências de capital concedidas</i>		
Instituições sem Fins Lucrativos	257.836,61	14.309,57
Estado	33.000,00	21.500,00
Transferências para cobertura de prejuízos	31.379,00	150.781,52
	322.215,61	186.591,09
Prestações sociais	2.856.500,00	1.598.506,80
Total	19.790.143,02	18.500.216,65

23.5 Outros Gastos

No que respeita aos anos 2021 e 2022, o detalhe dos Juros e gastos similares suportados encontra-se o quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e taxas	93.794,41	99.780,31
Perdas em inventários	105,21	23,89
Gastos em investimentos não financeiros	50.347,38	79,44
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	912.422,73	3.328.184,44
Quotizações	28.902,37	36.861,04
Outros não especificados	38.579,27	58.464,03
Total	1.124.151,37	3.523.393,15

23.6 Juros e gastos similares suportados

Os Juros e gastos similares suportados apresentaram a seguinte evolução nos anos 2021 e 2022:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Juros de financiamentos obtidos	4.394,87	1.706,41
Juros de mora e compensatórios	809,26	3.229,39
Outros gastos de financiamento	28.558,15	21.681,11
Total	33.762,28	26.616,91



Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.


Lu   












ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE


Lu Siqueira & Cmf

Relatório e Contas Consolidadas

2022
Município da Amadora




40
Isabel Bone Pinto Alatos

Município da Amadora

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022		
1. MUNICÍPIO DA AMADORA	NIF: 505456010	
ENDEREÇO POSTAL: Av. Movimento das Forças Armadas, nº 2 - 2701/961 AMADORA		
TELEFONE: 214369000		
SISTEMA CONTABILISTICO: SNC-AP		
PRESIDENTE: CARLA MARIA NUNES TAVARES		
NÚMERO DE VEREADORES		
Em regime de permanência	6	
A Meio Tempo		
Restantes Vereadores	4	
NÚMERO DE ELEITORES		
MUNICÍPIO	Até 10 000	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	
	Igual ou Superior a 40 000	
2. LEGISLAÇÃO		
Constituição: Lei 45/79, de 11 de setembro		
3. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES		
<p>Desenvolve as competências nos termos do art.º 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.</p> <p>O Município detém a 100% uma Empresa Municipal - Amadora Inovation, E.M. Unipessoal Lda.</p> <p>A Amadora Inovation, é uma entidade certificada pela APCER-ISO 9001:2008, em todos os serviços que presta, com o reconhecimento do 1º nível de Excelência EFQM, Committed to Excellence e Avaliação CAF, tendo no âmbito do seu objeto, abrangendo as áreas da educação, ação social, saúde e desporto, empreendedorismo, incubação de empresas, realização de estudos, intercâmbio internacional e desenvolvimento de projetos, as seguintes principais atividades: criação de "Ninhos de Empresas"; criação de um "Banco de Ideias"; criação e gestão de sociedades ou fundos de capital de risco vocacionados para o comércio e o empreendedorismo; desenvolvimento de ações que, pela sua natureza, concorram para a promoção nacional e internacional da imagem da Amadora como concelho competitivo e de excelência para os investidores; ensino/educação como forma de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades; apoio ao emprego, por conta de outrem ou através da promoção do autoemprego, mediante a criação e o acompanhamento de microempresas; execução e/ou promoção de obras de reparação, conservação ou beneficiação no domicílio de pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, de portadores de deficiência e de pessoas em situação de dependência, residentes no município da Amadora, que se encontrem em situação de precariedade socioeconómica; educação e formação de adultos.</p> <p>O Município detém uma participação de 50% nos SIMAS.</p> <p>Os SIMAS de Oeiras e Amadora são serviços intermunicipalizados de água e saneamento, com autonomia administrativa e financeira criados ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de agosto, cujo Regulamento de Organização dos Serviços foi publicado no DR, 2ª Serie - Nº 134, de 15 de julho de 2013.</p>		
4. RECURSOS HUMANOS		
PRESIDENTE: CARLA MARIA NUNES TAVARES		
MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO		
Em regime de permanência	7	
Carla Tavares / Presidente		
Vitor Ferreira		
Luis Lopes		
Susana Nogueira		
Ana Venâncio		
Ricardo Faria		
José Agostinho Marques		
Restantes Vereadores	4	
Suzana Garcia		
Martinho Caetano		
Man Lin		
António Borges		


	RESPONSÁVEIS DE DIRECÇÃO
	<p>Departamento Administração Geral: Arlindo Cerejo Pinto Departamento Administração Urbanística: Pedro Jesus Costa Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural: Luís Vargas Departamento de Habitação e Requalificação Urbana: Manuela Esteves Departamento de Obras Municipais: Norberto Monteiro Departamento Financeiro: Pedro Costa Divisão de Serviços Urbanos: Cristina Pereira Divisão de Equipamentos Mecânicos: Manuela Pires Gabinete de Imprensa e Relações Públicas: Paula Maçaneiro Serviço de Veterinário Municipal: Susana Gonçalves Santos Divisão de Apoio à Câmara e à Assembleia Municipal: Paula Amaro Divisão de Informação Geográfica: João Carlos Antunes Divisão de Sistemas e Tecnologias de Informação: Ricardo Madeira Simões Serviço Municipal de Protecção Civil: Luís Carvalho Serviço de Polícia Municipal: Luís Carvalho</p>
	5. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
	<p>O Departamento Financeiro está totalmente informatizado. O fornecedor do software é a Medidata, Engenharia e Sistemas, SA. O sistema é composto por três aplicações integradas – Aplicação de Aprovisionamento, Aplicação de Contabilidade - SNC-AP / Tesouraria e Aplicação de Património.</p> <p>Os processos de despesa referentes à aquisição de bens e serviços são desenvolvidos a partir da Divisão de Aprovisionamento que regista as Requisições Internas e origina os Pedidos de Aquisição, desencadeia os procedimentos administrativos adequados após cabimento pela Divisão de Administração Financeira, adjudica após compromisso da despesa (pela DAF) e acompanha a gestão subsequente.</p> <p>A aplicação dispõe de funcionalidades de gestão documental e workflow que permitam o acompanhamento e a autorização eletrónica de todas as fases de validação técnica e autorização.</p> <p>A aplicação de Aprovisionamento permite, por outro lado, gerir e controlar as inventários da autarquia, através do registo da entrada e saída de bens (Inventário Permanente).</p> <p>A aplicação de Contabilidade SNC-AP permite a elaboração e gestão integradas dos Documentos Previsionais - Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos/PPI e Plano de Ações Municipais/PAM) e dos Documentos de Prestação de Contas.</p> <p>Esta aplicação compreende as funcionalidades inerentes à contabilidade orçamental e patrimonial e emissão automática dos Mapas de reporte para a DGAL/SISAL.</p> <p>A aplicação dispõe de funcionalidades de gestão documental e workflow nos domínios da validação e autorização dos documentos contabilísticos da despesa e da confirmação eletrónica de faturas e de conferência/verificação e autorização eletrónica de Ordens de Pagamento.</p> <p>A aplicação de Património constitui uma ferramenta que efetua a inventariação e gestão dos bens do Município e compreende a codificação dos bens obedecendo ao Classificador Geral e à classificação económica e patrimonial, o registo das alterações patrimoniais, o cálculo anual das depreciações/amortizações e a gestão dos projetos financiados/depreciação dos rendimentos diferidos.</p> <p>A aplicação de Pessoal (que é gerida pelo Departamento de Administração Geral) está integrada com a aplicação de Contabilidade através da funcionalidade de emissão automática das ordens de pagamento dos vencimentos e descontos para as várias entidades.</p>
	<p>A aplicação da Gestão das Rendidas de Habitação Social está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação Cemitérios está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação Publicidade está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação Feiras e Mercados está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação de execuções fiscais está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade de emissão de guias de recebimento.</p>
	7. OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE



Município da Amadora



ANEXO II - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS


Luísa Albuquerque & Cmf

Relatório e Contas Consolidadas

2022




43
Isabel Boneiro


Município da Amadora

Euros


Caracterização do Empréstimo	Data de Aprovação pela A.M.	Data de Contratação empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade Empréstimo	Capital		Taxa de Juro (%)			Encargos do Ano		Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 01-01-2022	Dívida em 31-12-2022	Obs.	
					Nº Reg.	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total					Juros de Mora
Curto Prazo																			
Total																			
Médio e Longo Prazos																			
- Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 30 Fogos do Zambujal	21-03-1996	14-01-1997	25	24	69 030/96	30-12-1996	I	562.496,38	562.496,38	3,10	0,270	25.043,28	13,14	25.056,42	-	-	50.094,31	25.051,03	
- Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 92 Fogos do Zambujal/Buraca	21-03-1996	13-01-1997	25	25	26 031/96	30-12-1996	I	1.702.312,43	1.702.312,43	2,63	0,072	38.610,75	5,31	38.616,06	-	-	38.610,75	-	
- Qualificação Urbanística	02-12-2004	02-12-2004	20	18	000176	23-03-2005	N	2.177.269,00	2.103.291,38			131.735,60	70,14	131.805,74	-	-	395.260,76	263.525,16	
							I	3.971.677,00	3.088.977,93			193.472,18	47,76	193.519,94	-	-	580.504,00	387.031,82	
- Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 1694 Fogos do Casal da Boba, Coopalme, Cebi e Casal da Mira.	28-09-2000	06-12-2000	25	20	4 761/00	27-04-2001	I	23.656.487,86	23.309.231,93	1,27	0,000	1.297.555,85	1.663,25	1.299.219,10	-	-	5.950.812,77	4.653.256,92	
- Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 284 Fogos Casal do Silva	22-11-2002	25-11-2002	25	18	2249/03	23-10-2003	I	5.400.000,00	5.230.199,37	0,97	0,366	227.680,88	2.039,33	229.720,21	-	-	1.600.185,88	1.372.505,00	
TOTAL								37.470.242,67	35.996.509,42			1.914.098,54	3.838,93	1.917.937,47	-	-	8.615.468,47	6.701.369,93	

I= Isento do Limite de endividamento com base no artigo 24º do Decreto-Lei nº 42/98 - Lei das Finanças Locais


N= Não isenta do limite de endividamento



3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS



Luísa Albuquerque



CMF

Relatório e Contas Consolidadas

2022
Município da Amadora




45
Isabel Bone Pinho





4.1 - Demonstração consolidada do desempenho orçamental



Luísa Albuquerque

Relatório e Contas Consolidadas

2022
Município da Amadora



46
Isabel Bone Pinho




Município da Amadora


Rubrica	RECEBIMENTOS	2022	2021	Rubrica	PAGAMENTOS	2022	2021
	Saldo de gerência anterior	97.853.462,44	101.672.990,60				
	Operações orçamentais [1]	93.145.303,13	100.484.251,72				
	Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00	0,00				
	Operações de tesouraria [A]	5.095.369,48	4.617.204,80				
	Receita corrente				Despesa corrente		
R1	Receita fiscal	47.969.152,08	38.125.938,08	D1	Despesas com o pessoal	40.072.845,07	39.540.324,35
R11	Impostos diretos	46.562.539,32	36.556.091,27	D11	Remunerações Certas e Permanentes	29.538.595,24	28.950.841,72
R12	Impostos indiretos	1.406.612,76	1.569.846,81	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.557.053,60	1.505.109,64
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas	0,00	0,00	D13	Segurança social	8.977.196,23	9.084.373,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.440.572,01	1.150.627,00	D2	Aquisição de bens e serviços	45.785.478,41	43.423.562,06
R4	Rendimentos de propriedade	2.300.210,20	2.710.967,80	D3	Juros e outros encargos	33.802,05	26.900,75
R5	Transferências e subsídios correntes	41.522.444,42	37.225.285,59	D4	Transferências e subsídios correntes	16.027.883,53	16.803.371,21
R51	Transferências correntes	40.865.810,17	37.225.285,59	D41	Transferências correntes	15.521.822,88	16.146.529,04
R511	Administrações Públicas	40.859.338,17	37.149.225,75	D411	Administrações Públicas	11.851.577,68	11.878.963,73
R5111	Administração Central - Estado Português	40.754.120,45	36.284.891,54	D4111	Administração Central - Estado Português	2.633.933,39	3.092.029,69
R5112	Administração Central - Outras entidades	105.217,72	207.492,04	D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	D4113	Segurança Social	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	D4114	Administração Regional	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00	D4115	Administração Local	9.217.644,29	8.786.934,04
R512	Exterior - U E	150.573,60	53.390,88	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	3.439.288,43	3.637.983,98
R513	Outras	6.472,00	22.668,96	D413	Famílias	93.480,57	100.252,38
R515	Administração Local	0,00	0,00	D414	Outras	137.476,20	529.328,95
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	32.975.193,96	35.077.528,51	D5	Outras despesas correntes	1.846.610,36	2.498.174,92
R7	Outras receitas correntes	846.355,25	1.043.995,79				
	Receita de capital				Despesa de capital		
R8	Venda de bens de investimento	10.194,50	8.459,15	D6	Aquisição de bens de capital	14.686.332,45	20.925.553,32
R9	Transferências e subsídios de capital	2.437.615,85	4.920.036,70	D7	Transferências e subsídios de capital	4.286.904,20	2.234.017,68
R91	Transferências de capital	2.437.615,85	4.920.036,70	D71	Transferências de capital	4.286.904,20	2.234.017,68
R911	Administrações Públicas	2.341.367,66	4.797.412,78	D711	Administrações Públicas	33.000,00	21.500,00
R9111	Administração Central - Estado Português	2.341.367,66	4.797.412,78	D7111	Administração Central - Estado Português	33.000,00	21.500,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D7113	Segurança Social	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D7114	Administração Regional	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D7115	Administração Local	0,00	0,00
R912	Exterior - U E	0,00	0,00	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	257.836,61	14.309,57
R913	Outras	96.248,19	122.623,92	D713	Famílias	3.996.067,59	2.198.208,11
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	D714	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D72	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	175.762,59	90.397,31	D8	Outras despesas de capital	0,00	13.087,20
	Receita efetiva [2]	129.677.500,85	120.353.235,92				
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00				
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00				
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00				
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	385.385,97	0,00				
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	222.822.803,98	220.837.487,64				
	Operações de tesouraria [B]	8.919.972,94	6.534.227,75				
					Despesa efetiva [5]	122.739.856,05	125.464.991,49
					Despesa não efetiva [6]	1.914.098,55	2.581.676,21
				D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
				D10	Despesa com passivos financeiros	1.914.098,55	2.581.676,21
					Soma [7] = [5] + [6]	124.653.954,60	128.046.667,70
					Operações de tesouraria [C]	4.667.874,59	6.044.002,28
					Saldo para a gerência seguinte	106.770.978,57	94.072.545,28
					Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	98.168.849,38	-128.646.701,94
					Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	9.347.467,83	-9.219.830,23
					Saldo global [2] - [5]	6.937.644,80	-126.065.025,73
					Despesa primária	122.706.054,00	125.438.090,74
					Saldo corrente	23.287.308,51	-102.892.367,53
					Saldo de capital	-16.349.663,71	-23.172.658,20
					Saldo primário	6.971.446,85	-126.038.124,98
					Receita total [1] + [2] + [3]	222.822.803,98	-600.034,24
					Despesa total [5] + [6]	124.653.954,60	128.046.667,70



4.2 - Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza



Luísa Albuquerque



CMF

Relatório e Contas Consolidadas

2022
Município da Amadora



48
Isabel Bone Pinho



Município da Amadora

Rubrica	Liquidações	2022	2021	Rubrica	Pagamentos	2022	2021
	Receita corrente	132.108.437,26	118.010.474,06		Despesa corrente	105.113.485,18	103.107.811,97
R1	Receita fiscal	48.238.984,86	38.330.024,18	D1	Despesas com o pessoal	40.518.187,00	40.081.628,43
R11	Impostos diretos	46.562.539,32	36.556.091,27	D11	Remunerações Certas e Permanentes	29.961.588,11	29.457.195,12
R12	Impostos indiretos	1.676.445,54	1.773.932,91	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.571.025,29	1.527.205,24
R2	Contribuições para sist. de proteção social e subsist. de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança social	8.985.573,60	9.097.228,08
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.435.860,90	1.190.503,93	D2	Aquisição de bens e serviços	46.684.852,80	43.694.551,42
R4	Rendimentos de propriedade	2.748.188,35	2.839.537,98	D3	Juros e outros encargos	33.797,89	26.900,75
R5	Transferências e subsídios correntes	41.720.499,53	37.378.495,23	D4	Transferências e subsídios correntes	16.027.883,53	16.804.831,45
R51	Transferências correntes	40.871.206,88	37.378.495,23	D41	Transferências correntes	15.521.822,88	16.147.989,28
R511	Administrações Públicas	40.864.734,88	37.145.609,81	D411	Administrações Públicas	11.851.577,68	11.878.963,73
R5111	Administração Central - Estado Português	40.754.120,45	36.281.275,60	D4111	Administração Central - Estado Português	2.633.933,39	3.092.029,69
R5112	Administração Central - Outras entidades	110.614,43	207.492,04	D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	D4113	Segurança Social	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	D4114	Administração Regional	0,00	0,00
R5115	Administração Local	150.781,52	0,00	D4115	Administração Local	9.217.644,29	8.786.934,04
R512	Exterior - U E	192.450,48	210.216,46	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	3.439.288,43	3.639.254,56
R513	Outras	6.472,00	22.668,96	D413	Famílias	93.480,57	100.442,04
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	D414	Outras	137.476,20	529.328,95
R6	Venda de bens e serviços	37.101.967,19	37.068.205,81	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	862.936,43	1.203.706,93	D5	Outras despesas correntes	1.848.763,97	2.499.899,92
	Receita de capital	2.612.022,35	5.078.808,62		Despesa de capital	19.123.431,67	23.185.151,53
R8	Venda de bens de investimento	10.194,50	8.109,15	D6	Aquisição de bens de capital	14.836.527,47	20.938.046,65
R9	Transferências e subsídios de capital	2.601.827,85	5.070.699,47	D7	Transferências e subsídios de capital	4.286.904,20	2.234.017,68
R91	Transferências de capital	2.601.827,85	5.070.699,47	D71	Transferências de capital	4.286.904,20	2.234.017,68
R911	Administrações Públicas	2.505.579,66	4.948.075,55	D711	Administrações Públicas	33.000,00	21.500,00
R9111	Administração Central - Estado Português	2.505.579,66	4.948.075,55	D7111	Administração Central - Estado Português	33.000,00	21.500,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D7113	Segurança Social	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D7114	Administração Regional	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D7115	Administração Local	0,00	0,00
R912	Exterior - U E	0,00	0,00	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	257.836,61	14.309,57
R913	Outras	96.248,19	122.623,92	D713	Famílias	3.996.067,59	2.198.208,11
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	D714	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D72	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	175.759,37	90.397,31	D8	Outras despesas de capital	0,00	13.087,20
	Receita efetiva [2]	134.720.459,61	123.089.282,68		Despesa efetiva [5]	124.236.916,84	126.292.963,50
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	1.914.098,55	2.581.676,21
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	1.914.098,55	2.581.676,21
	Receita Total [4] = [1] + [2] + [3]	134.720.459,61	123.089.282,68		Despesa total [7] = [5] + [6]	126.151.015,39	128.874.639,71